

# JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano III - Nº 516 - Brasília, quinta-feira, 7 de agosto de 1997



Josaphat (E) é o relator do recurso sobre a CPI, em análise na CCJ, presidida por Bernardo Cabral (D)

## Recurso sobre CPI acende o debate na CCJ

*Relator da matéria, Josaphat Marinho promete se basear em argumentos jurídicos e regimentais*

Intenso debate marcou ontem a reunião da CCJ que começou a apreciar o recurso do senador Geraldo Melo contra a decisão da CPI dos Precatórios que emendou, com votos em separado, o parecer do relator Roberto Requião. O senador Josaphat Marinho, relator do recurso, disse que se baseará sobretudo em argumentos jurídicos e regimentais, já que o mérito das investigações não é questionado.

Página 3

## O papel de Geisel contra a tortura

Ernesto Geisel foi um governante competente, digno e campeão da luta contra a tortura no Brasil, segundo afirmou ontem o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, na sessão que homenageou o ex-presidente.

Requerida por Edison Lobo e outros senadores, a homenagem contou com a presença de ex-ministros e auxiliares do governo Geisel, assim como de Amália Lucy, filha do ex-presidente.

Páginas 4 e 5



Diversos senadores enalteceram ontem a memória do ex-presidente Ernesto Geisel, em sessão que teve a presença de ex-ministros

## Simon pede devolução de recursos ao RS

Pedro Simon está reivindicando o ressarcimento, ao Rio Grande do Sul, de recursos estaduais investidos na implantação de empresas estatais federais. Página 7

## Jornada poderá incluir locomoção

A Comissão de Assuntos Sociais aprovou ontem parecer favorável do senador Valmir Campelo a projeto que inclui na jornada de trabalho o tempo gasto pelo empregado, em condução fornecida pelo empregador, para ir ao trabalho e dele voltar, quando o local for de difícil acesso ou não dispuser de transporte público. A proposta será agora analisada pelo plenário do Senado. Página 6

## CAE vota indicação de Franco

A Comissão de Assuntos Econômicos aprecia hoje, a partir das 11h, a indicação de Gustavo Franco para a presidência do Banco Central. Página 7

## Coleção de obras raras no Senado

Uma exposição de 85 obras raras e valiosas da coleção pessoal do ex-senador Luiz Viana Filho foi inaugurada ontem na Biblioteca do Senado. Página 8

Senador explica que funcionária mantém lealdade ao não revelar destinatário de dinheiro sacado na conta do parlamentar falecido

## Abdias defende chefe de gabinete de Darcy

O senador Abdias Nascimento (PDT-RJ) repeliu ontem "as ameaças e tentativas de desmoralização" que estão sendo feitas contra Theresa Martha de Sá Teixeira, sua chefe de gabinete no Senado. Ele explicou que a imprensa vem publicando "fatos distorcidos e mentirosos", ao insinuar comportamento indigno e irregular da funcionária em relação à conta bancária do falecido senador Darcy Ribeiro, junto a quem, conforme disse, Theresa também exerceu, por seis anos, a função de chefe de gabinete.

Ele explicou que Darcy Ribeiro havia elaborado, no dia 6 de fevereiro, juntamente com assessor de sua confiança, documento, por ele devidamente assinado, autorizan-



Abdias vê calúnia nas insinuações

do Theresa a providenciar o saque total do dinheiro depositado em sua conta corrente no Banco do Brasil.

Abdias Nascimento afirmou que, ao enfatizarem o fato de Theresa ter sacado o cheque no dia da morte de Darcy Ribeiro, seus caluniadores estão "claramente sofismando". O senador disse

que no documento em que Darcy autorizava o saque ficou estabelecido que isso seria realizado com ele ainda em vida - como de fato ocorreu -, e não *post mortem*, como, assinalou, alguns querem entender.

Darcy Ribeiro prescreveu o sigilo sobre a identidade do destinatário do dinheiro porque "teve uma razão muito forte para assim proceder, e não cabe a ninguém contrariar sua vontade", assinalou Abdias Nascimento.

- A atitude de sua chefe de gabinete, não revelando a destinação do dinheiro, mesmo sob as pressões e ameaças que vem sofrendo, é mais uma demonstração de sua lealdade a ele, que se mantém, após sua morte, da mesma forma como se dera em vida - afirmou.



Ronaldo Cunha Lima recebe dirigentes da União de Vereadores

## União de Vereadores dá apoio ao Interlegis

O senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), primeiro-secretário do Senado, recebeu em seu gabinete o presidente da União de Vereadores do Brasil (UVB), José Malta da Silva, acompanhado dos diretores José Escobar Cavalcante e José Antonio Sacramento.

Os dirigentes da UVB levaram ao senador o agradecimento da entidade à implantação, pelo Senado, do programa Interlegis, através do Prodasen, com vistas a oferecer aos parlamentares em todo o país uma

maior e melhor integração de informações técnico-legislativas.

Os representantes da União de Vereadores do Brasil trocaram algumas informações e analisaram com o senador Ronaldo Cunha Lima aspectos das reformas constitucionais em tramitação.

O presidente da UVB pediu o apoio do senador para o Congresso Nacional de Vereadores, que será realizado na Paraíba, no próximo mês.

## Esquerda busca alternativa ao neoliberalismo, diz Benedita

Os partidos e movimentos políticos de esquerda da América Latina e Caribe decidiram redobrar seus esforços para elaborar propostas alternativas ao neoliberalismo, informou ontem ao plenário a senadora Benedita da Silva (PT-RJ), ao comentar os resultados do *Foro de São Paulo*, realizado no final da semana passada, em Porto Alegre.

O foro teve a participação de representantes de 58 partidos de esquerda e 36 organizações não-governamentais de 20 países.

Benedita da Silva, participante do encontro, disse que, na ocasião, ficou constatado que as elites da América Latina e Caribe vêm usando o modelo neoliberal para aumentar suas riquezas, enquanto aumentam o desemprego e a pobreza.



Benedita: elite fica mais rica

## Agenda do Dia

### PRESIDENTE

Senador Antonio Carlos Magalhães

10h - Despacho interno

11h - Recebe o coordenador do Colégio de Presidentes e Corregedores dos Tribunais Regionais do Trabalho, juiz Raimundo Carlos Figueiróa

11h30 - Recebe o ministro da Administração Federal e Reforma do Estado, Luiz Carlos Bresser Pereira

15h30 - Preside sessão deliberativa ordinária do Senado Federal

### PLENÁRIO

14h30 - Sessão Deliberativa do Senado

Pauta: Apreciação do "PLC nº 27/97, que dispõe sobre a transferência da Escola de Enfermagem de Manaus, unidade organizacional descentralizada da Fundação Nacional de Saúde, para a Fundação Uni-

versidade do Amazonas; e segundo dia de discussão em segundo turno da "PEC nº 54/95, que trata do efeito vinculante.

### COMISSÕES

11h - Comissão de Assuntos Econômicos  
Pauta: "Mensagem nº 136/97 (não terminativa), do presidente da República, submetendo à consideração do Senado Federal o nome de Gustavo Henrique de Barroso Franco para exercer o cargo de presidente do Banco Central do Brasil. Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa

10h - Comissão de Desenvolvimento Econômico e Social da Amazônia

Pauta: Reunião de trabalho para discutir programa de seminário em Belém (PA), nos dias 25 e 26 de agosto. Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa

## JORNAL DO SENADO

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúdio Coelho

Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

Editores - Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso

Diagramação - Sérgio Luiz, Wesley Carvalho e Osmar Miranda

Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento,

Jane Araújo e Júlio Essucy

Revisão - Lindolfo Amaral, Fernando Varela e João Ribeiro

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado

Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefone: 0800-612211

Fax: (061) 311-3137 - Brasília - DF

Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

www.senado.gov.br

Reunião da Comissão de Justiça, sob a presidência de Bernardo Cabral, é marcada por intenso debate, com a participação de vários senadores, sobre o final dos trabalhos da CPI dos Precatórios

## CCJ examina recurso, que terá decisão dia 13

O senador Josaphat Marinho (PFL-BA) apresenta na próxima quarta-feira (dia 13) à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) parecer sobre o recurso do senador Geraldo Melo (PSDB-RN) contra a decisão da CPI dos Precatórios que emendou, com votos em separado, o parecer do relator, senador Roberto Requião (PMDB-PR).

No último dia 22, a CPI deliberou que os votos em separado deveriam ser apenas anexados ao texto produzido por Requião. Mas no dia 23, reconsiderando a decisão, entendeu que os votos em separado deveriam modificar o trabalho do relator. Melo, que é vice-presidente da comissão e 1º vice-presidente do Senado, apresentou o recurso por entender que matéria vencida não pode ser reapreciada.

A reunião de ontem da CCJ, presidida pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM), foi marcada por intenso debate sobre o final dos trabalhos da CPI dos Precatórios. O senador Geraldo Melo expôs os fatos que justificaram seu recurso - que teve o apoio do PT e do PMDB - e afirmou que a decisão sobre a estrutura do relatório final da comissão de inquérito foi tomada legítima-



A Comissão de Justiça, sob a presidência de Bernardo Cabral, ouviu as explicações de Geraldo Melo (D)

Após a exposição do vice-presidente, Cabral lembrou que o que iria ser examinado pela CCJ era um recurso, e não uma consulta. "É bom que se diga desde logo que o voto do relator passa a ser uma decisão, e não uma resposta a uma consulta", salientou.

O líder do PMDB, senador Jäder Barbalho (PA), apresentou em seguida uma questão de ordem "para definir a processualística nas CPIs". Na questão levantada, o senador pergunta se uma CPI pode encerrar seus trabalhos sem apreciar as emendas ao relatório e os votos em separado, se os senadores que concordam parcialmente com os termos de um relatório e discordam pontualmente podem propor modificações ao trabalho do relator, se as emendas admitidas

passam a integrar o texto do relatório e se o relator pode fazer emendas ao relatório original, após concluída a discussão da matéria. Segundo Jäder Barbalho, Requião apresentou uma separata de 29 páginas após o encerramento da discussão do parecer, com mudanças de conceitos sobre pessoas e fatos.

Cabral aceitou as dúvidas do líder do PMDB não como uma questão de ordem, mas como uma indicação - que receberá

uma decisão em tese da CCJ, a ser útil para as futuras CPIs. A indicação foi encaminhada à presidência do Senado, como determina o Regimento, e será relatada na CCJ por Josaphat Marinho, separadamente do recurso e em outra reunião.

Requião esclareceu, após a intervenção de Jäder Barbalho, que a discussão do relatório ainda não havia sido iniciada quando a separata foi juntada ao texto. E defendeu o seu entendimento de que um relatório, regimentalmente, não é suscetível de emendas.

Durante o debate, o senador José Fogaça (PMDB-RS) in-

dagou que relatório de Requião era válido - o do dia 16 de julho ou o do dia 22 -, em cuja separata algumas pessoas que teriam sido incriminadas no primeiro texto deixaram de sê-lo no segundo. Melo esclareceu que no dia 22, quando se iria iniciar a discussão da matéria, Requião solicitou a incorporação de documentos do Banco Central. O relator pediu então a palavra para ler as notas taquigráficas dando conta de que o relatório foi votado com a separata e os documentos.

Fogaça voltou a falar da existência de dois relatórios, afirmando que no primeiro o ex-

prefeito de São Paulo, Paulo Maluf, havia sido incriminado por omissão, e no segundo constava que Maluf havia tomado conhecimento dos fatos pela imprensa. Requião explicou então que a mudança foi para a correção de uma questão de fato, e que o segundo relatório indicava as responsabilidades de Maluf. O relator rechaçou o que considerou uma tentativa de Fogaça de denegrir seu relatório.

Retomando a palavra, Jäder Barbalho disse que votou uma separata sem lê-la, por ter sido informado de que ela continha apenas alterações redacionais. Cabral então alertou para o fato de que esse assunto nada tinha a ver com o recurso a ser apreciado pela CCJ, e a senadora Emília Fernandes (RS) garantiu que a separata produzida por Requião esteve na mesa dos senadores da CPI por cerca de meia hora antes da votação.

Debateram ainda o assunto os senadores Esperidião Amin (PPB-SC), Romeu Tuma (PFL-SP), Casildo Maldaner (PMDB-SC), Lúcio Alcântara (PSDB-CE), Eduardo Suplicy (PT-SP), Roberto Freire (PPS-PE), Gilberto Miranda (PFL-AM) e Ney Suassuna (PMDB-PB).

*Por sugestão do líder do PMDB, Comissão de Justiça vai definir rito que servirá de diretriz para as futuras CPIs*

mente pela maioria dos membros da CPI no dia 22. O vice-presidente considerou a decisão equivocada, mas disse que o seu papel era o de "zelar pelo rito, pela norma".

Uma vez adotada aquela decisão, a matéria tornou-se vencida. É da prática de todos os parlamentos do mundo a exigência de que o retorno ao plenário de uma matéria vencida só ocorra se cumpridos ritos muito rigorosos - acrescentou Melo.

## Josaphat: parecer será jurídico

O senador Josaphat Marinho (PFL-BA), relator do recurso contra a decisão da CPI dos Precatórios de modificar o texto do senador Roberto Requião (PMDB-PR), informou ontem que se baseará sobretudo em argumentos jurídicos e regimentais para elaborar seu parecer, já que o recurso não abrange o mérito das investigações.

- O que está em jogo é saber se prevalece a primeira ou a segunda decisão. O recurso não envolve o debate

de todos os fatos que foram objeto de apuração na comissão - explicou.

Josaphat Marinho informou que o recurso do senador Geraldo Melo (PSDB-RN) e a indicação do senador Jäder Barbalho (PMDB-PA) são dois processos diferentes, a serem examinados isoladamente. Perguntado se apresentaria os pareceres sobre as duas matérias no mesmo dia, declarou que "provavelmente não, até para não fazer confusão".

Ele acrescentou que a deci-



Josaphat: diretriz para as CPIs

são da CCJ vai estabelecer uma conclusão que servirá de diretriz às futuras CPIs.

# HOMENAGEM A GEISEL

## Senadores louvam "general da abertura"



Valmir: apoio à empresa nacional

### País deve muito a ele, diz Valmir

O senador Valmir Campelo (PTB-DF) disse que foi no governo Geisel que se verificaram progressos consideráveis no desenvolvimento brasileiro, com o país reduzindo sua dependência do exterior, diversificando as importações e incentivando a produção. Em sua opinião, o Brasil de hoje deve muito às idéias do ex-presidente.

- No campo do desenvolvimento empresarial, o presidente Geisel foi um grande incentivador da empresa privada. Pensava ele que esse segmento estava sufocado e tornando-se impraticável em decorrência de as empresas estrangeiras contarem com maior viabilidade e as estatais com o apoio do governo - acrescentou.

Valmir disse que o maior desejo do presidente Geisel era promover a abertura política no país, a fim de que viesse a prevalecer o estado de pleno direito democrático. Explicou que Geisel tinha "o desejo latente e o compromisso de rever esse ordenamento jurídico".

Mas, conforme o senador, somente vontade não era suficiente: "Diante disso, o presidente tomava suas decisões, continha ânimos e, ao final, conseguia aquilo que representava mais um passo da nação em direção à tão sonhada democracia plena".

*Em homenagem requerida pelo senador Edison Lobão (PFL-MA) e outros integrantes da Casa, o Senado ouviu, na primeira parte da sessão de ontem, uma série de discursos enaltecendo a memória do ex-presidente Ernesto Geisel. Assistiram à cerimônia diversos auxiliares daquele governo, além de Amália Lucy, filha do ex-presidente.*

*A tônica foi a seriedade com que Ernesto Geisel conduziu o país no seu período de governo e a formação religiosa, ética e moral*

*que marcou sua administração.*

*A maioria dos oradores também reconheceu que foi Geisel quem abriu os caminhos para que o Brasil voltasse à democracia e para que o país se desenvolvesse com menos desigualdade.*

*Entre os ex-ministros presentes à solenidade, estavam Ângelo Calmon de Sá (Indústria e Comércio), Armando Falcão (Justiça), Quandt de Oliveira (Comunicações) e Alysson Paulinelli (Agricultura).*



Levy Dias: homenagem à revelia

### Levy Dias elogia visão de estadista

"Campo Grande deve tanto a Geisel porque foi ele quem mais apoiou a cidade no seu saneamento básico", disse o senador Levy Dias (PPB-MS), ao homenagear a capacidade de decisão e a visão de estadista do ex-presidente. Ele elogiou a política para desestimular a migração do campo para as cidades, mencionando o incentivo à produção do cerrado.

- Hoje, temos 150 milhões de hectares de cerrado para serem cultivados e nenhum programa de desenvolvimento para a área rural. Se tivéssemos prosseguido com o trabalho de Geisel, não teríamos hoje as capitais inchadas com a gente expulsa do campo - sustentou.

Levy Dias afirmou que Geisel tinha a visão do estadista e, quando falava, cumpria o prometido. "Suas determinações eram sempre cumpridas. Ninguém ousava passar por cima da sua autoridade", frisou.

O senador contou que, quando convidou o ex-presidente para a solenidade que daria seu nome a uma via pública, o ex-ministro Golbery do Couto e Silva escreveu-lhe dizendo que Geisel era contra a denominação de obras públicas com nomes de pessoas vivas. Mesmo assim, disse Levy Dias, hoje uma das principais avenidas de Campo Grande chama-se Avenida Ernesto Geisel.

## ACM: "Foi o campeão antitortura"

Ao encerrar a sessão que homenageou o ex-presidente Ernesto Geisel, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse que ele foi um governante competente, digno e "campeão da antitortura no Brasil". O presidente do Senado testemunhou que, na chefia da Casa Militar, Geisel chegou a dirigir-se a Pernambuco para evitar a ocorrência de tortura.

Conforme Antonio Carlos Magalhães, "o regime militar teve muitas virtudes e alguns defeitos ou pecados, mas, como todo regime, teve a colaboração de muitos civis, dos quais alguns hoje jogam pedra no passado, esquecidos das virtudes e do valor que o regime militar teve de positivo em relação ao povo brasileiro".

Ele disse que, se hoje o Brasil está em pleno regime de-



Ao lado da filha do ex-presidente, Antonio Carlos exalta o papel de Geisel

mocrático, é também graças à compreensão de todos aqueles que, "por interesse e civismo, serviram no passado a uma época tão difícil, que talvez fosse mais difícil servir do que não servir e ficar falando sem construir". Segundo o presidente do Senado, ninguém teve tanta dignidade, honradez e senso de autoridade como

Geisel:

- Neste instante, passadas as paixões políticas tão naturais nos embates partidários, e sobretudo em relação a ideologias, posso dizer com tranquilidade de consciência que o presidente Geisel está merecendo a homenagem pelo muito que fez em todas as suas atividades.

## Elcio: atuação foi inesquecível

Governador do Espírito Santo no período em que Ernesto Geisel governou o Brasil, o senador Elcio Alvares (PFL-ES) disse ontem que o ex-presidente tem uma im-

portância tão grande para o seu estado que só um discurso enaltecendo sua figura seria insuficiente para exprimir os sentimentos do povo capixaba para com sua memória.

Ao referir-se à capacidade de decisão do ex-presidente, o senador contou que, ao sobrevoar com ele a costa do Espírito Santo, Geisel indagou onde desejava que se situasse a nova ponte então pleiteada para ligar Vila Velha a Vitória. Do helicóptero, o então governador indicou o lugar ideal e, uma semana e meia depois,

Elcio Alvares era chamado ao Palácio do Planalto para discutir a obra.

O senador disse que a ponte é hoje a maior obra de engenharia do Espírito Santo, e "deve-se exclusivamente ao gesto pessoal de Geisel, e todos os capixabas sabem disso". Emocionado, Elcio afirmou que jamais esquecerá as atitudes do ex-presidente para com o Espírito Santo, nem a simplicidade com que, acompanhado da esposa Lucy, e da filha Amália Lucy, Geisel se hospedava em sua residência.



Elcio: gratidão dos capixabas

# HOMENAGEM A GEISEL



Francelino: legado democrático

## Visita de FHC é lembrada por Francelino

Presidente da Arena durante o governo de Ernesto Geisel, o senador Francelino Pereira (PFL-MG) destacou, em sua homenagem à memória do ex-presidente da República, que o grande legado deixado por ele ao Brasil foi a retomada do pleno funcionamento das instituições democráticas.

O senador lembrou que, logo depois de eleito, o presidente Fernando Henrique Cardoso fez uma visita a Ernesto Geisel, gesto que representou, a seu ver, "um reconhecimento de sua posição como chefe de Estado que conduziu o país à abertura e à distensão política". Francelino observou que, com a morte de Geisel, em 1996, Fernando Henrique, um militante da oposição ao regime militar, decretou luto de oito dias e divulgou nota salientando que "a conduta exemplar do general Geisel depois do cumprimento do seu mandato só fez aumentar o respeito que lhe prestam os brasileiros que com ele conviveram".

Além de seu próprio testemunho histórico, Francelino citou vários depoimentos cujo elo comum está no reconhecimento do perfil de estadista de Geisel e de sua profunda probidade no trato dos negócios públicos. Glauber Rocha, por exemplo, afirmou ter sentido em Geisel "uma pessoa destinada a salvar o Brasil de um destino fascista que poderia chegar ao ano 2000", disse o senador.

## Lobão exalta qualidades que restauraram a democracia

O senador Edison Lobão (PFL-MA) afirmou ontem que "sem a incontestada autoridade de Geisel - conquistada pela firmeza das suas atitudes, sua honradez, lealdade e inteligência - seguramente não teríamos obtido, no tempo em que se efetivou, a rotina democrática por que tanto ansiava a sociedade brasileira".

Coube ao ex-presidente Geisel, conforme o senador, patrocinar a revogação do artigo 185 da Constituição de então, que mantinha perpétuas as punições revolucionárias sofridas pelos brasileiros que houvessem sido cassados com base em atos institucionais. Sob o



Edison Lobão citou a honradez, a lealdade e a inteligência do ex-presidente

amparo do governo Geisel, extinguiu-se a censura e a imprensa recuperou a sua plena liberdade de informação e opinião. Além disso, foram resguardados os direitos políticos, disse.

Segundo Lobão, também foi notável a orientação imprime-dada ao governo na área administrativa, que tinha como preocupação primordial a melhoria da qualidade de vida do brasileiro.

## Jefferson: implacável com imobilistas e oposicionistas

O senador Jefferson Péres (PSDB-AM) afirmou que o ex-presidente Ernesto Geisel foi o representante de uma geração de homens públicos cujo caráter se constituiu em paradigma para todos: "A memória de Geisel nos desafia a prosseguir evitando repetir seus erros ou produzir



Jefferson: História favorável

equivocos novos. Esse é o seu principal legado, e a História lhe será favorável", afirmou.

Jefferson Péres disse que foi durante o governo Médici que Geisel amadureceu o projeto de "abertura lenta, gradual e segura que, por fim, seria chamado a executar a par-

tir de 1974".

Segundo o senador, "inabalável em sua férrea decisão de cumprir um cronograma de liberalização até o fim de seu mandato", coroando-o com a extinção do AI-5, o ex-presidente foi implacável tanto com os partidários do imobilismo, abrigados no bunker do aparato repressivo, quanto com os oposicionistas, que reivindicavam a aceleração do processo.

## Tebet destaca a nova estrela da bandeira

Prefeito de um município de Mato Grosso quando Ernesto Geisel foi presidente da República, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) lembrou que a 23ª estrela da bandeira nacional, representando o estado de Mato Grosso do Sul, "nascu da inspiração e da visão do grande estadista que ele foi. Não só criou; protegeu".

Para o senador, o projeto de país de Geisel passava por uma

noção de desenvolvimento integrado, daí sua "obstinação pelo planejamento". Em Mato Grosso do Sul, salientou, foi implementado o Polocentro, "que redimiu o cerrado brasileiro".

Ramez Tebet também exaltou a visão estratégica de Geisel, "para que o Centro-Oeste possa sair da desigualdade em que se encontra e integrar-se ao desenvolvimento das regiões mais ricas do país".



Tebet: uma visão estratégica



Palmeira: poucos suportam

## Palmeira cita o respeito ao Congresso

Ao sustentar que foi graças a Geisel que o Brasil retomou o caminho da democracia, o senador Guilherme Palmeira (PFL-AL) disse que ele "tinha pelo Congresso Nacional um apreço que poucos podem suportar". Contou que, quando um líder da Arena levou-lhe uma decisão tomada pela bancada na Câmara, propondo que o governante decidisse em contrário, ele respondeu: "Se não é para respeitar, o senhor não devia ter feito a votação".

Conforme Palmeira, Geisel era "franco, direto, reto e sem meias palavras". O senador disse que mesmo em episódios como o polêmico programa nuclear brasileiro é necessário reconhecer que, se houve erro de avaliação, isso se deveu à intransigência com que Geisel procurava evitar qualquer arranjo na soberania brasileira. E também em razão da ameaça do governo americano de não assegurar o fornecimento de combustível para a usina de Angra I.

Na opinião de Palmeira, Ernesto Geisel se inspirou sempre nos melhores e mais duradouros exemplos históricos dos que o antecederam:

- Sua rígida formação luterana, a espartana educação familiar e a devoção à carreira das armas moldaram-lhe o espírito, formaram-lhe o caráter e deram uma enorme dimensão à sua figura de homem público - acentuou.

*Comissão de Assuntos Sociais aprova parecer de Valmir Campelo a projeto que computa para o empregado o tempo gasto em transporte fornecido pelo empregador*

## Locomoção integrará jornada de trabalho

A Comissão de Assuntos Sociais do Senado (CAS), presidida pelo senador Ademir Andrade (PSB-PA), aprovou ontem parecer favorável do senador Valmir Campelo (PTB-DF) a projeto da Câmara dos Deputados que inclui na jornada de trabalho o tempo gasto pelo empregado, em condução fornecida pelo empregador, para ir e voltar do serviço, quando o local for de difícil acesso ou não servido por transporte público. O projeto será apreciado agora pelo plenário da Casa.

Valmir destaca em seu parecer argumento do autor do projeto, deputado Luís Carlos Santos, segundo o qual, "embora a matéria esteja claramente exposta em enunciado do Tribunal Superior do Trabalho, os trabalhadores, na maioria, não estão vendo este direito reconhecido". O senador observa que, na falta de uma lei sobre o assunto, os empregados dependem de demorados processos trabalhistas para verem computado o tempo despendido à dis-



A Comissão de Assuntos Sociais, sob a presidência de Ademir Andrade, votou diversas matérias

posição dos empregadores.

A CAS acolheu parecer do senador Waldeck Ornelas (PFL-BA) rejeitando projeto da Câmara que objetiva assegurar adicional de periculosidade de 40% sobre a remuneração para empregados cuja atividade determine contato com redes, linhas, estações, subestações e usinas de energia elétrica.

Também foi rejeitado, com base em parecer do senador

Jonas Pinheiro (PFL-MT), projeto de iniciativa do senador Odacir Soares (PFL-RO) que visa conceder pensão mensal de um salário mínimo a cada um dos dependentes das vítimas fatais decorrentes de conflitos pela posse de terras no campo, onde tiver havido ação policial.

A Comissão de Assuntos Sociais rejeitou ainda projeto do então senador Francisco Escórcio (PFL-MA) que concede

bolsa de aprendizagem para estudantes entre 12 e 18 anos de idade. O senador Osmar Dias (PSDB-PR) informou, na ocasião, que já tramita projeto de sua autoria tratando do assunto com maior abrangência. O relator, senador Nabor Júnior (PMDB-AC), cujo parecer era por audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, alterou o seu voto, manifestando-se pela rejeição da matéria.



Jucá: convocação de Stephanes

## Ministro terá de explicar redução de benefícios

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem requerimento de autoria do senador Romero Jucá (PFL-RR) solicitando a convocação do ministro da Previdência, Reinhold Stephanes, e da secretária de Assistência Social, Lúcia Vânia Abrão Costa, para prestarem esclarecimentos à comissão sobre a intenção do governo de reduzir o programa de assistência social a idosos e deficientes físicos carentes. A data de comparecimento ainda será definida.

De acordo com o senador, o programa atende hoje a 550 mil pessoas que recebem o equivalente a um salário mínimo mensal. Jucá disse, baseado em notícias veiculadas pela imprensa, que o governo pretende atender apenas aos deficientes com mais de 21 anos e aos idosos com mais de 70 anos, sob alegação de que o número de beneficiários teria ultrapassado a estimativa do ministério.

A Comissão de Assuntos Sociais precisa saber do senhor ministro da Previdência e da senhora secretária de Assistência Social os motivos que levam o governo a propor medida tão drástica. Temos discutido nesta comissão e no Senado Federal qual a forma de se dar dignidade, respeito e condição de uma vida melhor para a grande população marginalizada do Brasil - acrescentou.

## Ademir quer novo modelo para segurança

O presidente da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), senador Ademir Andrade (PSB-PA), defendeu ontem, durante audiência pública que reuniu lideranças das entidades de classe das polícias militar e civil de todo o país, a adoção de um novo modelo de segurança pública para o Brasil, com a participação de toda a sociedade. Ele destacou a importância de se discutirem conjuntamente todas as propostas sobre o assunto.

O objetivo da audiência, que contou com a presença de representantes das polícias militar, civil, federal e rodoviária, foi o de ouvi-los sobre os problemas das diversas categorias, as causas da crise nas corporações e suas propostas de soluções, para encaminhamento de sugestões

ao Executivo, bem como subsidiar proposições legislativas e os respectivos debates.

Ademir observou que a comissão está abrindo um espaço para os policiais discutirem seus problemas, ouvindo as pretensões dessas categorias de

*Senadores manifestam, em audiência na CAS, apoio à melhoria dos salários dos policiais civis e militares*

modo a solucionar a questão da segurança no país. "Este é um espaço que queremos garantir aos policiais, no sentido de que possam também discutir e apresentar suas propostas, uma vez que o governo e a Câmara já têm as suas", disse.

O senador manifestou seu

apoio à I Conferência Nacional sobre Segurança Pública, que será realizada em Brasília nos dias 27 e 28 de agosto. Deverão participar, conforme assinalou, todos os segmentos da sociedade, como OAB, CNBB, ABI, centrais sindicais, sindicatos e organizações não-governamentais, para discutir amplamente todos os problemas de segurança pública do país, visando à elaboração de um projeto tornando a polícia mais democrática.

O senador Ernandes Amorim (PPB-RO) defendeu a criação de um Ministério das Polícias e de um sistema disciplinar mais rígido. Já a senadora Marina Silva (PT-AC) propôs a democratização da segurança pública, melhor formação dos policiais, respeito

aos direitos humanos, entre outras medidas. Nabor Júnior (PMDB-AC) disse que o problema da segurança pública é prioritário para o país, sugeriu um amplo debate sobre o problema e se manifestou contra a federalização das polícias.

A senadora Emília Fernandes (RS) defendeu o direito de os policiais se organizarem em sindicatos e denunciou a existência de uma "orquestração" no sentido de desmontar as entidades sindicais. Por sua vez, Ottoniel Machado (PMDB-GO) afirmou que o ministro da Justiça, Iris Rezende, e o presidente da República estão tentando uma solução rápida para o problema dos policiais. Todos os senadores presentes à audiência pública manifestaram-se favoráveis à melhoria dos salários dos integrantes da categoria.

"*Cantilena das pesquisas de opinião favoráveis*" deixa o Executivo embevecido, segundo o senador, que adverte para os riscos

## Suassuna questiona Gustavo Franco sobre política cambial

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) afirmou ontem que o governo não pode continuar "embevecido" com a "cantilena das pesquisas de opinião favoráveis", enquanto os problemas econômicos se agravam, por causa da sobrevalorização do real frente ao dólar.

- Acompanhamos com apreensão, mês a mês, o baixo desempenho da balança comercial brasileira. Esse é, sem dúvida, o efeito negativo mais visível da sobrevalorização do real, ao tornar mais atrativas as importações que as exportações - disse.

Suassuna advertiu que uma valorização "significativa acumulada" pode provocar outros efeitos danosos para o país, "culminando no chamado choque externo, com a fuga desordenada dos capitais investidos no país, tal como



Suassuna: balança sempre em baixa

ocorreu no México".

Estudo elaborado pela economista Eliana Cardoso, ex-chefe da assessoria internacional do Ministério da Fazenda e hoje pesquisadora do FMI, foi citado pelo senador. No documento, a economista reconhece a importância da sobrevalorização como âncora antiinflacionária no primeiro estágio de um programa destinado a reduzir a inflação.

No entanto, a persistência do uso desse mecanismo no Brasil, conforme a professora, está prejudicando o setor industrial e aumentando o desemprego.

Suassuna informou que pretende questionar hoje o economista Gustavo Franco, indicado para a presidência do Banco Central, durante a sabatina na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). "Questiono coisas como o gasto de milhões de dólares para importar salmão. Quero que o sr. Gustavo Franco dê respostas às advertências da economista Eliana Cardoso."

Apesar disso, o senador saudou o anúncio do governo de que pretende aperfeiçoar o sistema de bandas cambiais. "Pode ser um primeiro e tímido passo no sentido de atingirmos uma política cambial mais realista", acentuou.

## Nome do economista será apreciado hoje por comissão do Senado

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), presidida pelo senador José Serra (PSDB-SP), aprecia a partir das 11h de hoje a mensagem do presidente da República com a indicação do nome de Gustavo Franco para a presidência do Banco Central.

A aprovação prévia da escolha do presidente do BC é uma das competências privativas do Senado. A indicação de Gustavo Franco deverá ser submetida à deliberação do plenário da Casa na terça-feira da semana que vem.

### AMAZÔNIA

Nesta quinta-feira, também, reúne-se a Comissão Especial destinada a definir uma política para o desen-



Serra: presidente do BC em pauta

volvimento econômico da Amazônia.

Na reunião de trabalho da comissão, que é presidida pelo senador Nabor Júnior (PMDB-AC), será apresentada a proposta da programação do seminário previsto para realizar-se em Belém, nos dias 25 e 26.

## Simon pleiteia ressarcimento ao governo do Rio Grande do Sul

Em ofício dirigido ao presidente Fernando Henrique Cardoso, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) reivindicou ontem o ressarcimento, ao governo do Rio Grande do Sul, de recursos estaduais investidos na implantação de empresas estatais federais e de recursos aplicados em obras e serviços de responsabilidade da União, também antecipados pelo governo estadual.

Simon pediu grandeza e compreensão do presidente para com a "difícil situação" do estado, agravada pela Lei Kandir, que impôs uma redução de cerca de R\$ 300 milhões na arrecadação estadual, devido à isenção de ICMS de produtos exportados.

Na sua opinião, não se trata de "favor, nem caridade, nem distinção", pois "estamos apenas reivindicando



Simon: prejuízo para o Rio Grande

algo a que o Rio Grande do Sul tem direito".

O senador observou que o governo gaúcho investiu na implantação da infra-estrutura da Aços Finos Piratini, posteriormente privatizada pela União, que "se apropriou da totalidade dos recursos obtidos com a alienação".

O mesmo aconteceu com o Pólo Petroquímico do Sul, em que o governo do Rio Grande do Sul despendeu cerca de 250 milhões de dólares e, privatizado, não recebeu a parcela que lhe seria devida.

Quanto às obras e serviços

de responsabilidade da União, Simon explicou que, nos anos de 1987, 1988 e 1989, o governo estadual firmou convênios com o Ministério da Reforma Agrária, pelos quais "adquiriu e pagou, à vista, mais de 20 mil hectares de terras e, nelas, foi feita a reforma e o assentamento de milhares de agricultores".

Segundo o senador, os convênios estabeleciam que o governo gaúcho seria reembolsado pelos recursos aplicados, o que não foi cumprido pelo governo federal.

Nos mesmos três anos, por convênio firmado com o Ministério dos Transportes, o governo gaúcho assumiu a recuperação e pavimentação de estradas federais, acrescentou. Apesar de o convênio também prever o devido reembolso, de novo o Rio Grande do Sul não foi ressarcido pelos gastos realizados, disse.

## Amorim cobra promessa do presidente no rádio

O senador Ernandes Amorim (PPB-RO) cobrou ontem a melhoria das estradas brasileiras, conforme promessa feita pelo presidente Fernando Henrique Cardoso no programa "Palavra do Presidente" levado ao ar no dia 17 de junho. Conforme o senador, o presidente garantiu que, em 120 dias, "não haveria mais buracos" nas rodovias, que também receberiam nova sinalização.

Ernandes Amorim pediu ao governo que a recuperação das estradas seja iniciada pelos estados mais pobres da Federação e que se construam novas rodovias na região Norte, em especial no estado de Rondônia. Segundo o senador, as poucas rodovias do estado estão em péssimas condições e a solução para o problema não virá apenas com operações "tapa-buracos".

O senador voltou a criticar a política de liberação de recursos do governo federal, destacando que os estados mais ricos continuam sendo privilegiados na liberação de verbas. Ernandes Amorim dis-



Amorim: presidente prometeu

que estudos comprovam que, enquanto foram repassados R\$ 5,5 bilhões de recursos federais para as regiões Norte e Nordeste, a região Sudeste recebeu R\$ 21,4 bilhões. Segundo o senador, no que se refere às transferências voluntárias, a região Sul ficou com R\$ 200 milhões em 1997, enquanto as regiões Norte e Nordeste receberam menos de R\$ 3 milhões.

- É muito difícil o Brasil crescer, se desenvolver, com esse tipo de política, em que tudo de bom vai para as regiões mais ricas e tudo de ruim fica com as regiões mais pobres - afirmou.

Índices de escolarização apurados em pesquisa divulgada pelo IBGE acusam 2,7 milhões de crianças até 14 anos fora das salas de aula em todo o país, segundo o senador

## Suplicy: educação está melhor, mas a situação ainda é dramática

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou em plenário que os resultados da pesquisa sobre escolarização divulgados ontem pelo IBGE mostram uma melhora no setor, mas a situação ainda é dramática. "com índices muito baixos de escolarização".

- Conforme a pesquisa, existem 2,7 milhões de crianças de até 14 anos de idade fora das salas de aula. Apesar de ter aumentado em 11,5 pontos percentuais a presença de jovens de 15 a 17 anos nas escolas (pulou de 55,3% em 1991 para 66,8% em 96), o percentual



Suplicy: crianças pedindo esmolas ainda é extremamente grave - ponderou.

De acordo com a pesquisa do IBGE citada por Eduar-

do Suplicy, o sistema educacional vem conseguindo reter mais jovens na escola, o que poderá provocar maior procura por cursos superiores, no futuro. O levantamento constatou ainda que somente 25,8% dos jovens entre 18 e 24 anos estudam. Mostrou ainda que cerca de 90% das crianças de sete a 14 anos de idade frequentam escolas.

O senador Suplicy afirmou que a fotografia estampada em quase todos os jornais de ontem, onde duas crianças pedem esmola ao novo presidente do Banco Central, Gustavo

Franco, "lamentavelmente é uma rotina em qualquer cidade do país", mesmo em Brasília, onde o governo do PT implantou um programa de bolsa-escola.

Depois de lembrar que Gustavo Franco será sabatinado hoje pelos senadores que integram a CAE, Eduardo Suplicy ponderou que o novo presidente do BC deveria procurar o crescimento econômico, com maior justiça social, e não apenas adotar programas de salvamento de bancos ou manutenção da política cambial.



Alcântara: pelo ensino básico

## Alcântara aponta acerto no MEC

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) afirmou que, ao conferir prioridade absoluta à educação fundamental, o governo federal "não se perdeu na retórica desprovida de sentido" e anunciou medidas concretas que revelam resultados positivos, à medida que vão sendo implementadas.

O senador destacou a criação do fundo para a valorização do ensino fundamental, que age diretamente sobre o salário do professor. Para Lúcio Alcântara, ele permitirá direcionamento mais criterioso da aplicação dos recursos investidos em educação por estados e municípios, sendo que "parte substancial desse montante haverá de, necessariamente, corresponder ao salário dos docentes".

Outra medida importante, segundo o senador, é a descentralização dos recursos federais a serem repassados aos sistemas educacionais por estados e municípios. Assim, salientou, recursos da Fundação Nacional de Educação e da Fundação de Assistência ao Estudante já estão chegando diretamente às escolas, eliminando uma intermediação onerosa.

O aprimoramento dos mecanismos de avaliação, por outro lado, é o objetivo da aglutinação, num único órgão, do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais e da Secretaria de Avaliação e Informação Educacional, concretizada em ato assinado pelo ministro Paulo Renato de Souza em janeiro deste ano, ressaltou o senador.

## Senado incorpora acervo de Luiz Viana Filho

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, inaugurou ontem, na biblioteca da Casa, exposição de 85 obras raras e valiosas da coleção pessoal do ex-senador Luiz Viana Filho.

A Biblioteca Acadêmica Luiz Viana Filho incorporou o acervo do ex-senador, integrado por 10 mil volumes, entre os quais mil obras raras e preciosas, como um poema de Machado de Assis, publicado anonimamente em 1863, intitulado "O Casamento do Diabo". A exposição contém painéis explicativos e temáticos, além de volumes preciosos como a 1ª edição de um romance de Machado de Assis (*Dom Casmurro*) e o último romance publicado pelo mesmo escritor.

No discurso de inauguração, Antonio Carlos Magalhães lembrou sua amizade com Luiz Viana



Antonio Carlos: acervo de Luiz Viana Filho está no lugar certo

Filho e destacou o amor que o ex-senador tinha à cultura e o prazer de encontrar livros para sua biblioteca pessoal. "O maior biógrafo do Brasil, em sua época, não poderia deixar de ser um excelente bibliógrafo", salientou.

- O Senado, pelo que representa para o país, merece ter o acervo de Luiz Viana Filho, que continua iluminando esta Casa. A Biblioteca Acadêmica Luiz Viana Filho está no lugar certo -

disse o presidente do Senado.

A diretora da biblioteca, Simone Vieira, lembrou o esforço do ex-presidente do Senado, José Sarney, e de Antonio Carlos Magalhães, no processo de incorporação do acervo. O filho de Luiz Viana Filho, Luiz Viana Neto, agradeceu, em nome da família, a homenagem prestada e revelou que era um sonho de seu pai que sua biblioteca fosse conservada

e perpetuada no Senado.

A inauguração compareceram os senadores Josaphat Marinho (PFL-BA), Waldeck Omelas (PFL-BA), Bernardo Cabral (PFL-AM), Romeu Tuma (PFL-SP), José Roberto Arruda (PSDB-DF), José Ignácio Ferreira (PSDB-ES), Elcio Alvares (PFL-ES) e Joel de Hollanda (PFL-PE), o diretor-geral do Senado, Agaciél Maia, e o secretário-geral da Mesa, Raimundo Carreiro Silva.